

JURIS

**REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO
FADIR**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
FACULDADE DE DIREITO
FADIR**

JURIS

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO



ISSN 1413-3571
E- ISSN 2447-3855

<i>JURIS</i>	Rio Grande	v. 30	n. 1	p. 1-164	2020
---------------------	------------	-------	------	----------	------

Direitos reservados desta edição: Editora da FURG

2020

Capa: Anael Macedo

Formatação e diagramação:

João Balansin

Gilmar Torchelsen

Cinthia Pereira

Revisão: os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária

Me. Marcia Rodrigues, CRB 10/1411

J95 Juris / Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande. - Vol. 30, n. 1 (Jan./Jun. 2020) - Rio Grande: Ed. da FURG, 1982- .
v. 30; 21 cm.

Semestral.

Anual: 1982-2011.

Subtítulo varia: Revista da Faculdade de Direito; Revista do Departamento de Ciências Jurídicas.

Continuação de: Revista do Departamento de Ciências Jurídicas.

Iniciado com o vol. 4, no. 1 (1982/1985).

Publicado também como revista eletrônica.

ISSN 1413-3571

1. Direito. I. Universidade Federal do Rio Grande.
Faculdade de Direito.

CDU, 2ª ed.: 34

Índice para o catálogo sistemático:

1. Direito

34

A revisão e todas as opiniões e informações expressas em cada um dos artigos são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

SUMÁRIO

Apresentação	7
Editor	
Por uma análise das mudanças climáticas no Sul Global: caso do Marrocos e do Brasil	9
A soberania e o ciberespaço: uma análise crítica do conceito de soberania e globalização	43
Concorrência institucional no Judiciário Brasileiro: (in)submissão do Tribunal Superior Eleitoral ao controle administrativo do Conselho Nacional de Justiça	63
A efetiva ação de Políticas Públicas de atendimento aos usuários de drogas como fomentadora da redução de danos	89
A necessidade da inclusão social e do respeito aos direitos fundamentais de pessoas com Síndrome de Down	113
Lei 13.981/2020: aumento da faixa de renda para concessão do BPC	139
Aplicabilidade do feminicídio ao transexual	155

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o primeiro número da JURIS de 2020. Em um momento difícil para todos(as) nós, diante da pandemia que nos é imposta pelo novo Coronavirus (Covid-19). Um momento em que as desigualdades sociais são aguçadas em nosso país, vindo a justiça social a ter um papel essencial na proteção dos mais vulneráveis e hipossuficientes. Fruto também desta pandemia, o atraso na reavaliação da CAPES, no que refere aos nossos periódicos, nos desafia a manter a qualidade e periodicidade de nossas revistas.

Socializamos setes artigos neste primeiro número de 2020, cujos resumos são ora apresentados.

Abrindo este número, temos o artigo de Mohammed Nadir e Luiz Ernani Bonesso de Araújo, como autores convidados, denominado “POR UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO SUL GLOBAL: CASO DO MARROCOS E DO BRASIL”, que analisa as mudanças climáticas destes dois países representativos do Sul Global, realizando uma abordagem histórica da questão ambiental, em que busca demonstrar os ciclos da divinização, da exploração e da conscientização acerca desta questão fundamental.

No segundo artigo deste número, Pedro Gonet Branco e Bruno Talpai nos brindam com o artigo “A SOBERANIA E O CIBERSPAÇO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CONCEITO DE SOBERANIA E GLOBALIZAÇÃO”, em que os autores analisam os conceitos e elementos do Estado Moderno, verificando a alteração das bases do Estado a partir desta questão, com a reformulação de definições como soberania e território, analisando as “network society” e a “sociedade de informação.”

No terceiro artigo, os autores Mateus Felipe Barbosa de França, Rebeka Souto Brandão Pereira e Vladimir da Rocha França, nos contemplam com o artigo denominado “CONCORRÊNCIA INSTITUCIONAL NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: (IN) SUBMISSÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL AO

CONTROLE ADMINISTRATIVO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA”, em que buscam analisar a possibilidade de submissão do Tribunal Superior Eleitoral ao controle administrativo e fiscalizatório exercido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

No quarto artigo, denominado “A EFETIVA AÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DE DROGAS COMO FOMENTADORA DA REDUÇÃO DE DANOS”, de Almilene Figueira dos Santos, Denilson Melo de Aguiar e Mauro Augusto Ponce de Leão Braga, os autores abordam a temática das políticas públicas referentes às drogas, analisando a influência da família na recuperação dos usuários.

No quinto artigo, de Leonardo Canez Leite e Ellen Ramos Lima, intitulado “A NECESSIDADE DA INCLUSÃO SOCIAL E DO RESPEITO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN”, em que buscam apontar a evolução histórica e legislativa em âmbito constitucional, bem como as declarações que buscam proteger os direitos humanos fundamentais, apontando as características físicas, limitações e desenvolvimento acerca das pessoas que possuem a síndrome de down.

No penúltimo artigo, denominado “LEI 13.981/2020: AUMENTO DA FAIXA DE RENDA PARA CONCESSÃO DO BPC”, os autores Marco Aurélio Serau Júnior e Alberto Bastos, discutem o alcance das alterações promovidas pela Lei Orgânica da Assistência Social, trazida pela Lei n. 13.982/2020, que ampliou a faixa de renda per capita familiar mensal para a concessão do BPC assistencial.

Encerrando este número, temos o artigo “APLICABILIDADE DO FEMINICÍDIO AO TRANSEXUAL”, de Ruth da Silva Viudes e Andrea Luiza Escarabelo Sotero, as autoras buscam a aplicação do reconhecimento das pessoas transexuais perante a Lei n. 13.104/2015, de modo que estes possam ser enquadrados no crime de feminicídio já tipificado.

Desejamos uma ótima leitura e proveito destes artigos. Sigamos firmes nos cuidados sanitários que o momento nos exige, esperando que os sentimentos de solidariedade e de justiça social aflorem e possam prevalecer neste sombrio momento pandêmico.

José Ricardo Caetano Costa
(Editor)